



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

FRANCISCO CAMILO PEREIRA NETO

**RAÇA, CONDIÇÃO SOCIAL E EVASÃO NO ENSINO MÉDIO EM
ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL NA CIDADE DE MULUNGU/PB**

**GUARABIRA-PB
2018**

FRANCISCO CAMILO PEREIRA NETO

**RAÇA, CONDIÇÃO SOCIAL E EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO
EM ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL NA CIDADE DE MULUNGU/PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas

**GUARABIRA – PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P436r Pereira Neto, Francisco Camilo.
Raça, condição social e evasão no ensino médio em escola pública estadual na cidade de Mulungú/PB [manuscrito]
: / Francisco Camilo Pereira Neto. - 2018.
55 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas, Departamento de História - CH."

1. Raça. 2. Condição social. 3. Evasão escolar. 4. Ensino médio. 5. Escola pública.

21. ed. CDD 305.8

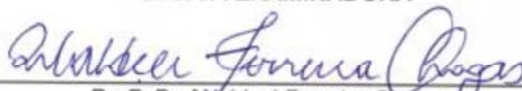
FRANCISCO CAMILO PEREIRA NETO

**RAÇA, CONDIÇÃO SOCIAL E EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO
EM ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL NA CIDADE DE MULUNGU/PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovado em 13 / 03 / 2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas
(Orientador/UEPB)



Prof. Dr. Verônica Pessoa da Silva
(Examinadora 1/UEPB)



Prof. Mestra. Sheila Gomes de Melo
(Examinador 2/UEPB)

Guarabira/PB
2018

“Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós”.

(Antoine de Saint-Exupéry)

Ao meu avô materno Severino Prima de Lima (In Memoriam), aos demais familiares e amigos. Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder as condições necessárias para conclusão deste curso;

À minha mãe, refúgio e fortaleza;

As minhas irmãs, Maria das Graças, Luciana Camilo e Gabriela Camilo, assim como ao meu irmão Hilário Camilo Filho;

Ao meu pai que sempre está comigo em minha caminhada;

Ao Professor Dr. Waldeci Ferreira Chagas pela atenção e orientações;

Aos amigos em especial a Maria Aparecida Nascimento de Almeida;

Aos professores do Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil;

Aos amigos da turma pela troca de conhecimentos e convivência harmoniosa.

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação – reflexão.
(Paulo Freire)

RESUMO

O presente trabalho discute os principais fatores que influenciam na evasão escolar de jovens negros/as no Ensino Médio, em uma escola pública estadual localizada na cidade de Mulungu/PB. Os fatores que contribuem para perpetuação da segregação racial, social e educacional a partir das experiências vivenciadas na supramencionada instituição educacional no período de 2013 a 2017 foi à motivação da pesquisa. Para tanto se aplicou um questionário a 45 estudantes e se recorreu a uma pesquisa bibliográfica, a fim de evidenciar o histórico de exclusão social que perdura, conforme consta por meio dos dados coletados. Situada em uma área de vulnerabilidade social a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal tem seu corpo discente formado por educandos que convergem das demais escolas públicas do município. No entanto, é digno de nota o fato de haver um número reduzido de alunos negros matriculados no Ensino Médio. Tal constatação suscitou reflexão e a formulação da hipótese de que fatores sociais impedem a população negra de concluir a Educação Básica. Concluiu-se que outrora leis foram criadas a fim de impedir o acesso de negros/as a escola, atualmente o ingresso na instituição educacional é garantido, porém as condições necessárias para permanência são negligenciadas pelo poder público, o que faz com que mesmo a escola inserindo os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar, os jovens negros são os que mais evadem, ou seja, são excluídos da escola, não por negligência da instituição, mas por questões sociais e econômicas, já que precisam trabalhar para ajudar os pais no sustento das famílias.

Palavras-chave: Raça. Condição Social. Evasão. Ensino Médio. Escola Pública.

ABSTRACT

This present assignment discusses the main factors that influence the school dropout of young black students in High School in a state public school located in the city of Mulungu / PB. The motivation for this research was based on the factors that contributed to the perpetuation of racial, social and educational segregation from the experiences of the above-mentioned educational institution in the period of 2013 to 2017. A questionnaire was applied to 45 students and a bibliographic search was used in order to highlight the history of social exclusion that persists based on the collected data. The State School of Primary and Secondary Education Camarazal located in an area of social vulnerability has its student body formed by students who converge from other public schools in the region. However, it is noteworthy that there are a small number of black students enrolled in High School. This finding provoked reflection and the formulation of the hypothesis that social factors prevent the black population from completing Basic Education. It was concluded that once laws were created in order to prevent blacks from accessing school, currently admission to the educational institution is guaranteed. However, the necessary conditions for the permanence of the students at school are neglected by the public power. Even though the schools have inserted the contents of Afro-Brazilian and indigenous history and culture into the school curriculum, young black students are those who have evaded the most, that is, they are excluded from school, not from the institution's negligence, but from social and economic issues, since they have to work to help and support their families.

Keywords: Race. Social condition. Evasion. High school. Public school.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Minicurso Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais	28
Figura 2 – Dinâmica em Grupo Rompendo com o Preconceito	28
Figura 3 – O Índio na Literatura Brasileira	29
Figura 4 – Arraiá da Diversidade	29
Figura 5 – Representação dos Africanos no Desfile Cívico Municipal	30
Figura 6 – Representação do Maracatu no Desfile Cívico Municipal	30
Figura 7 – Professores/as e Alunos/as na Aldeia do Forte	30
Figura 8 – Equipe da Escola e Índios Potiguaras	31
Figura 9 - Dança Afro-brasileira – Abertura dos Jogos Internos 2013	31
Figura 10 - Pesquisa sobre o racismo	34
Figura 11 - Pesquisa sobre o racismo	34
Figura 12 - Socialização com a comunidade	35
Figura 13 - Teatro de Fantoques	35
Figura 14 - Exposição na V Feira de Conhecimentos	35
Figura 15 - Exposição na V Feira de Conhecimentos	36
Figura 16 - Abertura da I Semana Contra a Intolerância	39
Figura 17 - Apresentações dos discentes na I Semana Contra a Intolerância	39
Figura 18 - Palestra da Professora Dr. ^a Ivonildes da Silva Fonseca	40
Figura 19 – Culminância do Projeto Território, ancestralidade e identidade NEGRA ..	41
Figura 20 – Produção Audiovisual para o Festival Arte em Cena	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. EVASÃO DE JOVENS NEGROS NO ENSINO MÉDIO: UMA QUESTÃO RACIAL OU SOCIAL?.....	12
1.1 A desestruturada abolição e os consequentes problemas sociais	14
1.2 O racismo à brasileira	16
1.3 “Brasil: um país de todos”?	17
2. JUVENTUDE E EDUCAÇÃO NA CIDADE DE MULUNGU: PRÁTICAS COM A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA	23
2.1 Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal	24
2.2 Projeto Pedagógico e a Lei 11.645/08 Fazer valer basta querer!	25
2.3 Projeto Pedagógico A África está em nós: superando o racismo	32
3. JUVENTUDE NEGRA E EVASÃO NO ENSINO MÉDIO NA CIDADE DE MULUNGU: UMA QUESTÃO RACIAL OU SOCIAL?	37
3.1 Semana contra a intolerância	39
3.2 Festival Arte em Cena	41
3.3 Análise dos Dados	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

As noções de raça e condição social norteiam a pesquisa realizada, e aqui apresentada, uma vez que objetiva-se verificar quais dos fatores supramencionados tornam-se preponderante para a evasão de negros/as do Ensino Médio na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal. Tal instituição pública localiza-se no município de Mulungu/PB e desde 2011 propõe uma prática educacional a partir da pedagogia de projetos, voltando-se, sobretudo, para o trato da diversidade, tendo em vista que este aspecto é contemplado no PPP (Projeto Político Pedagógico) e defendido ideologicamente pela atual gestão e parte considerável do corpo docente.

Para tanto parte-se de uma contextualização histórica a fim de evidenciar a atual situação de exclusão social como fruto de um longo processo de segregação e subalternização, conforme exposto no capítulo I, Evasão de jovens negros no ensino médio: uma questão racial ou social? A indagação que intitula o capítulo impulsiona a reflexão exposta que permeia, a princípio os dois âmbitos, tendo em vista que ambos interferem no processo educacional dos jovens negros, segundo apontam as Diretrizes curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, periódico Aprendizagem em Foco e a PNAD 2014 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), bem como destacam Santos (2005), Schwarcz (1998) Libâneo (2006) e Silva (2009).

O segundo capítulo, Juventude e educação na cidade de Mulungu: práticas com a história e cultura afro-brasileira e africana, registra propostas exitosas executadas no período de 2013 a 2017 com o intuito de combater o preconceito racial e destacar o protagonismo negro, suscitando respeito e valorização das diferenças físicas e culturais. De forma que os projetos pedagógicos: *Lei 11.645/08 Fazer valer, basta querer!* E *A África está em nós: superando o racismo*, são apresentados como exemplos de práticas individuais, desenvolvidas por docentes de Língua Portuguesa e História, que levaram em consideração as peculiaridades inerentes a juventude. Hall (2014) e Chagas (2017) são evocados no sentido de contribuir com a análise acerca dos sujeitos na contemporaneidade e a implementação da história e cultura africana e afro-brasileira, respectivamente.

No terceiro capítulo, destacam-se práticas idealizadas pela equipe pedagógica, com o apoio do corpo docente, tais como a *Semana contra a intolerância* (2015) e a produção de material audiovisual para o *Festival Arte em Cena* (2017). Feitas as devidas considerações acerca das atividades realizadas, apresentamos a análise dos dados obtidos a partir da aplicação do Questionário Étnico-racial e Socioeconômico, por meio do qual foi possível verificar o impacto do trabalho realizado de 2013 a 2017, no que toca o enfrentamento do racismo, a partir da avaliação de 45 alunos, matriculados na 1ª série (A e B) do Ensino Médio, período matutino, no ano letivo 2017.

Carrano (2013), Cavalleiro (2001), Gomes (2012) contribuem com a discussão proposta a partir de suas considerações acerca do ambiente educacional e das tensas relações que emergem neste espaço, as quais podem ser harmonizadas com a contribuição de uma equipe engajada e um currículo intercultural.

CAPÍTULO I

EVASÃO DE JOVENS NEGROS NO ENSINO MÉDIO: UMA QUESTÃO RACIAL OU SOCIAL?

A edição nº 5 da Revista “*Aprendizagem em foco*” traz a seguinte matéria: “Gestores precisam identificar grupos de risco e agir preventivamente”. A reportagem se refere à evasão escolar, visto que tal problemática se constitui tema de discussões no âmbito escolar e motivo de preocupação de todos os profissionais envolvidos no processo de construção e aprendizagem dos conhecimentos. Portanto, chama a atenção do/a gestor/a escolar, equipe de apoio, docentes, coordenação pedagógica, e secretários de educação, bem como pais e/ou responsáveis pelos jovens, os quais, por vezes, concordam que seus filhos/as abandonem os estudos em prol da sobrevivência familiar, uma vez que, na maioria dos casos, a evasão escolar dos jovens é justificada pela necessidade de eles trabalharem e terem que ajudar os pais na manutenção da casa.

Como o trabalho é a condição fundamental que garante à sobrevivência das famílias, no meio popular, a evasão escolar dos jovens se agrava no Ensino Médio, sobretudo, entre estudantes negros. Portanto, as discussões que responderão ou não essas questões serão perseguidas ao longo deste trabalho. No entanto, é notória a necessidade de intervenção não apenas dos/as gestores/as e demais profissionais da educação, mas, sobretudo, dos governantes com a implementação de políticas públicas. A nossa hipótese é a de que a evasão escolar entre jovens negros no ensino médio está relacionada às questões raciais e/ou sociais, e superá-la não depende de boa vontade dos gestores/as escolares e professores/as, mas de permanente ação governamental na área social, ou seja, de investimento que garanta a esses sujeitos permanecer na escola, concluir o ensino médio e se qualificarem.

Antes de adentrarmos na reflexão específica acerca da evasão escolar, traçamos, neste capítulo um panorama histórico sobre a realidade educacional brasileira no século XXI. Posteriormente, discutimos os fatores responsáveis pelo baixo número de negros matriculados no Ensino Médio de uma escola pública situada na cidade de Mulungu/PB, aqui nomeada como Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal.

Historicamente estabeleceu-se no Brasil um sistema educacional excludente que impôs diversas barreiras com vistas a impedir o acesso da população negra ao conhecimento formal, conforme constatado na apresentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, feita pela ministra da SEPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). Conforme consta neste documento.

[...] Os números são ilustrativos dessa situação. Vejamos: pessoas negras têm menor número de anos de estudos do que pessoas brancas (4,2 anos para os negros e 6,2 anos para os brancos); na faixa etária de 14 e 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que o de pessoas brancas na mesma situação; cerca de 15% das crianças brancas entre 10 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, enquanto 40,5% das crianças negras, na mesma faixa etária, vivem essa situação (BRASIL, 2009, p. 7).

O tópico introdutório das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira ilustra que tal segregação foi estabelecida ao longo da história do Brasil, por meio do Decreto nº 1.331, que remonta a fevereiro de 1854, esse documento estabelecia “[...] que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e que a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade dos professores” (BRASIL, 2009, pp. 7).

Décadas após essa lei que proibia os escravizados de frequentarem escolas, a legislação permanecia regulamentando a discriminação. O Decreto nº 7.031 – A (de 06 de setembro de 1878) determinava “[...] que os negros só podiam estudar no período noturno” (BRASIL, 2009, p. 7). Pelo exposto nessa lei, fica evidente que após a abolição as pessoas negras não foram integradas a sociedade como cidadãos, e constituíram-se em indivíduos marginalizados, portanto, sem direito de acesso a escola e por extensão aos demais setores da sociedade.

Sem acesso à educação e emprego as pessoas negras foram relegadas aos subúrbios onde passaram a habitar em condições sub-humanas, prestando-se às mais diversas e humilhantes tarefas a fim de garantir a sobrevivência. Enquanto os imigrantes europeus foram acolhidos e incentivados a permanecer no país, uma vez que fora essencial para a concretização de um plano comum voltado a subalternização dos recém-libertos e embranquecimento da sociedade.

Essa estratégia não seria eficiente se não houvesse um grande contingente de imigrantes que se misturasse aos nacionais para embranquecer o sangue e a raça brasileira e também não funcionaria sem que o negro perdesse qualquer atrativo por sua própria raça, de modo a desejar a miscigenação. Uma ideia, aparentemente em contradição com a exposta anteriormente, mas que evidencia o desejo de eliminar de uma forma ou de outra a presença negra no país (SANTOS, 2005, 119-120).

Visava-se, dessa forma, obter a resignação das pessoas negras, ainda assim negava-se a existência do racismo argumentando que a disparidade social entre negros/as e brancos/as era fruto da incapacidade e indolência das pessoas negras. As ideias supramencionadas ficaram arraigadas de tal forma no imaginário coletivo dos/as brasileiros/as que ainda permanecem desmotivando parcela da população negra a buscar o seu espaço na sociedade que continua a construir.

1.1 A desestruturada abolição e os consequentes problemas sociais

A abolição não pôs fim à escravidão no Brasil, constituiu-se, pois uma estratégia política para manter a dominação dos/as brancos/as, tendo em vista que não proporcionou a igualdade racial, e sutilmente manteve a inferioridade da “pessoa negra” diante do/a “branco/a”. Em decorrência do modelo de abolição e de sociedade instituído no Brasil, os problemas sociais sucederam, uma vez que os mecanismos de exclusão historicamente acompanharam as sociedades e construiu a segregação social entre negros/as e brancos/as.

Não foram as consciências atormentadas de todos os abolicionistas as responsáveis pela “libertação dos cativos”, mas o desejo de estabelecer o lugar do negro na república que se formava, pois caso contrário os escravizados herdariam todo mérito pela conquista da liberdade, uma vez que os atos de resistência tornavam a situação insustentável.

Diante disso haveria duas saídas: fechar os olhos as crescentes rebeliões de escravos e correr o risco que uma revolução acabasse por libertá-los ou tomar o movimento das mãos deles e institucionalizá-lo como se fosse um presente, um brinde aos cidadãos brasileiros. A única estratégia para a unificação nacional contra essa revolução que se formava seria apregoar, entre outras coisas, a passividade do escravo e a impossibilidade de sua revolta. Esse movimento se consagrou com a decretação legal da Abolição. (SANTOS, 2005, p. 122)

Ademais se almejava o mérito pela “forma pacífica” que ocorrera a abolição, pois, conforme constatado, era eminente a conquista por meio de embates contra os detentores do poder. O projeto de subjugação das pessoas negras na sociedade brasileira, pós-abolição, tornou-se nítido a partir da chegada dos imigrantes, os quais conseguiram ascensão social, enquanto os ex-escravizados permaneceram marginalizados.

A política de exclusão estabelecida pelo Estado estimulou o processo de aculturação, e incentivou a negação das raízes culturais das pessoas negras. O propósito das elites era o de que as pessoas negras incorporassem os valores, crenças e tradições da cultura praticada pelos “brancos”, com isso parcela, considerável da população negra passou a negar suas origens, deixando-se moldar pela ideologia racista da elite brasileira.

As pessoas negras que se deixaram seduzir pela promessa de igualdade racial e social, foram duplamente excluídas, pois passaram a não ser bem quistos pelos “brancos”, que visavam sua subalternização, e passaram a enxergar com desconfiança as pessoas negras que não se aculturaram. Após a abolição as tensas relações entre pessoas negras e brancas manteve o que se convencionou chamar “racismo à brasileira”.

O discurso dominante na sociedade pós-abolição era o de que “não havia brasileiro de sangue puro”, todavia, “pela miscigenação somos todos iguais”. Tal discurso na prática impedia a inserção social das pessoas negras, o que encontrava apoio nas ideias racistas advindas da Europa. Assim investia-se na chamada miscigenação positiva. “[...] No Brasil as teorias ajudaram a explicar a desigualdade como inferioridade, mas também apostaram em uma miscigenação positiva, contanto que o resultado fosse cada vez mais branco” (SCHWARCZ, 1998, p. 186-187).

A perspectiva do Estado Republicano e moderno era embranquecer o Brasil, por isso, foi proibida a entrada de africanos. Com essa medida se tentou o embranquecimento da população, para tanto, fecharam-se as portas do país para as pessoas negras e abriu-se para o imigrante europeu. O objetivo era a concretização da miscigenação positiva; o que justificava o incentivo a imigração europeia, pois segundo

Schwarz (1998, p. 189) via-se no branco europeu não apenas a cor, mas outras qualidades, a saber: inteligência, educação e status social.

Por não ter sido acompanhada por leis que protegessem os recém-libertos, a abolição culminou com o abandono da população negra. Os ex-escravizados não encontraram emprego nas fazendas, onde outrora viveram como mão-de-obra escravizada, isso porque entre os fazendeiros havia preferência pelo imigrante europeu.

A partir de então pessoas negras e livres passaram a se aglomerar nos arredores das cidades e a abrigar os cortiços, subúrbios e morros o que deu origem as primeiras favelas no Brasil; fruto da falta de políticas públicas de inserção das pessoas negras na sociedade republicana e moderna.

A ausência do Estado na promoção de políticas públicas de inserção das pessoas negras na sociedade faz com que na contemporaneidade a maior parte das pessoas negras sinta o peso do descaso, pois não conseguem ascender socialmente e permanecem rotulados de incapazes.

Isso decorre devido ao fato de a sociedade brasileira, pós-abolição, ter construído novos mecanismos de exclusão, assim mantém a segregação social através do racismo. No entanto, usa-se a escravidão do passado como meio para justificar e explicar a situação das pessoas negras na contemporaneidade.

1.2 O racismo à brasileira

Teorias racistas advindas da Europa e propagadas no cenário nacional pelo médico, integrante da escola baiana de medicina, Raymundo Nina Rodrigues, reforçaram a hostilidade às pessoas negras no Século XIX, pois este intelectual defendia que a miscigenação era tanto sinal como condição de degeneração da raça humana.

Nessa época surgiu no cenário brasileiro, outra perspectiva de concepção da mestiçagem, defendida por Gilberto Freyre; intelectual pernambucano considerado um dos mais importantes sociólogos do Século XX. Esse cientista tentou romper com a tradição racista, por meio da apologia a mestiçagem, mas sua teoria reforçou a ideia de inferiorização das pessoas negras.

O ponto de equilíbrio da sociedade brasileira passaria a ser o mestiço e o caráter miscigenado de nossa população é posto em foco como meio de um engrandecimento inigualável. O Brasil seria o solo propício para uma sociedade mais democrática em termos raciais, visto ser fundada sobre a mestiçagem (SANTOS, 2005, p. 150).

No entanto, a obra Freyriana exige cautela, uma vez que se apresenta, por vezes, contraditória, pois a medida que empreende uma abordagem antirracista, defende o embranquecimento da população, exalta os portugueses e apresenta a pessoa negra na condição de submissa, distante das tradições africanas, conforme é perceptível em *Casa-Grande e Senzala*.

O percurso trilhado pelas pessoas negras no Brasil evidencia um histórico de segregação e manutenção do preconceito, seja de forma aberta ou velada. Tal constatação torna pertinente pensar o contexto atual, pós-políticas de ações afirmativas. Para tanto refletimos acerca dessa questão no contexto nacional, e de forma específica dedicamo-nos a pensar sobre a condição da pessoa negra no que diz respeito ao acesso à Educação Básica. Assim, propomos reflexões sem a pretensão de desconsiderar as peculiaridades de cada região e em especial do espaço escolar.

Por isso, neste trabalho nos detemos a analisar os fatores que ocasionam a evasão escolar ou impedem o acesso de estudantes negros ao Ensino Médio, tomando por base a realidade da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal, situada na cidade de Mulungu/PB, sobretudo, a configuração do período vespertino, no qual observamos a trajetória escolar de 45 alunos, matriculados na 1ª série do Ensino Médio, dentre os quais apenas 7 se autodeclararam negros. O que ocasiona a evasão? Estariam as questões sociais impedindo o acesso dos jovens negros ao espaço escolar? Como a instituição educacional promove a integração entre os educandos? A fim de responder estas e outras indagações apresentamos o contexto nacional e, posteriormente, o perfil da escola espaço da pesquisa.

1.3 “Brasil: um país de todos”?

Por ocasião do término do prazo estabelecido pela Emenda Constitucional nº 59, a qual previa que todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos estivessem matriculadas na Educação Básica até o ano de 2016, o Instituto Unibanco, por meio da publicação

Aprendizagem em Foco, expõe um panorama do Sistema Educacional Brasileiro, a partir de dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os quais apontam o maior problema na faixa etária de 15 a 17 anos.

Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), realizada em 2013, havia 1,7 milhão de jovens fora da escola de ensino médio, o que equivale a 16,9 % da faixa etária, conforme demonstração abaixo:



Fonte: Ruben Klein e Leandro Marino/Fundação Cesgranrio, a partir do Censo Escolar/INEP

Conforme constatado, a partir do gráfico, a evasão não se constitui em um dos maiores problemas enfrentados na Educação Infantil. Nessa etapa os docentes devem atentar, sobretudo, para o trato da diversidade, pois trata-se de um momento oportuno, já que as crianças estão em processo de desenvolvimento não apenas dos aspectos cognitivos, bem como físicos, sociais e emocionais.

Ao longo do desenvolvimento educacional, preocupa o 3º ano, estágio final do ciclo de alfabetização, no qual registra-se um alto índice de reprovação 10,9%. No 6º ano, período inicial do Ensino Fundamental II, observa-se um percentual considerável de alunos repetentes, 13,1%. No entanto a situação mais crítica é no Ensino Médio, pois registra-se na 1ª série um percentual de 16,9% de estudantes repetentes, dos quais 13,3% evadem-se.

A transição para as diferentes etapas de ensino é um momento delicado, no que se refere a reprovação e evasão, pois a configuração educacional vai se alterando, devido a vários fatores como a inclusão de disciplinas nunca antes estudadas, a inserção de professores específicos, as diversas áreas do conhecimento. Essa realidade exige dos alunos a capacidade de adaptação a diferentes metodologias e compreensão dos conteúdos propostos, os quais por vezes são transmitidos de forma aleatória, sem vínculo com a realidade.

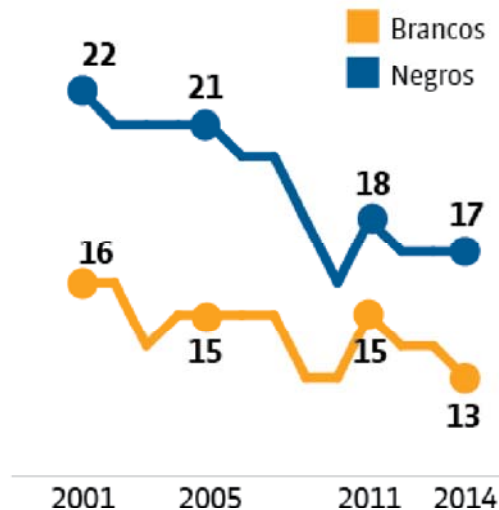
Esse distanciamento entre o que se vive e o que se estuda, leva ao questionamento da necessidade de determinados conteúdos; de forma que cria-se uma barreira entre os educandos e o conhecimento a ser construído, conforme relatam em diversos casos. Assim é pertinente a proposição de um currículo que colabore com a formação social e cidadã dos estudantes.

Tal estratégia pode contribuir com a redução da reprovação, no entanto determinados fatores que acarretam a evasão, fogem ao alcance dos docentes. O alto índice de jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, que abandonam a escola para prover o sustento da família é um exemplo. A precária situação de vida das famílias brasileiras do meio popular põe os alunos diante de uma escolha: prosseguir os estudos ou colaborar com a renda familiar.

Entretanto é notório que quando se refere a estudantes negros os números são ainda mais alarmantes. A publicação *Aprendizagem em Foco* nº 2 ilustra a situação, chama a atenção para as disparidades raciais e alerta acerca do “[...] risco de inserção precária no mercado de trabalho devido à baixa escolaridade.” O gráfico a seguir apresenta a disparidade racial no Ensino Médio:

FORA DA ESCOLA

Jovens de 15 a 17 anos



Fonte: Tabulações do Instituto Unibanco e partir da Pnad/IBGE

Conforme ilustrado entre 2001 e 2014 houve redução no número de estudantes negros fora da escola, mas, ao longo do período, a proporção de alunos brancos evadidos foi menor. Essa constatação permite argumentar que os negros ainda continuam enfrentando diversos desafios para concluir a Educação Básica.

Se no século XIX o acesso fora dificultado, conforme apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, no século XXI as vagas são ofertadas, no entanto as condições de permanência não são garantidas. A esse respeito o periódico *Aprendizagem em Foco* (nº 2, p. 4-5) informa:

Em 2009, o Ministério da Educação e a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da Universidade de São Paulo) divulgaram a Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar. Após entrevistas com mais de 18 mil alunos, professores, funcionários e pais em 501 escolas de todas as unidades da federação do país, o estudo identificou que o fato de ser negro foi a característica mais citada entre os alunos como o principal motivo de bullying. A pesquisa do MEC e da Fipe/USP identificou ainda que em escolas onde os alunos reportavam existir maior nível de preconceito em relação a um determinado grupo também se observavam altos níveis em relação a outros temas, ou seja, num ambiente escolar com maior nível de discriminação, em geral, não há apenas um grupo como vítima.

Ainda de acordo com o estudo destacado, em escolas onde se registra racismo, há maiores índices de preconceito com relação a diferenças físicas e ideológicas. A pesquisa também destaca que o comportamento dos educandos reflete a postura preconceituosa e permissiva dos funcionários das respectivas escolas. Assim, urge a tomada de consciência de todos os profissionais que atuam nas instituições educacionais a fim de reduzir ou quiçá eliminar as práticas discriminatórias.

De acordo com Libâneo (2006, p. 37), a educação deve ser concebida como “uma oportunidade de compreender o mundo, a realidade e transformá-la”. De modo que é preciso não apenas pensar acerca da atualidade, mas “[...] intervir nela por meio da cultura, da ciência e da arte; investir no fortalecimento da subjetividade dos alunos e na construção da identidade pessoal “[...] com vistas a propiciar uma educação que atenda as atuais demandas culturais e contribuam para uma convivência harmoniosa.

A escola é uma instituição para onde convergem pessoas de raças, crenças, ideologias e classes sociais diferentes. Essa diversidade não deve tornar as instituições educacionais palcos de conflitos, mas locais de integração, uma vez que se atribui a educação formal a função social de formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, aptos a atuar na sociedade de forma transformadora.

Os profissionais da educação convivem com a sobrecarga de trabalho, a medida que precisam dedicar-se a construção do conhecimento, exigido pelo currículo, são cobrados pela sociedade, já que na contemporaneidade a maior parte das famílias brasileiras transferem para a escola a responsabilidade de educar crianças, adolescentes e jovens, como se não fosse sua obrigação contribuir com a formação cidadã dos seus filhos/as.

A falta de participação dos pais no desenvolvimento intelectual e pessoal dos filhos dificulta a realização do trabalho por parte dos/as professores/as e interfere no alcance dos resultados desejados. Entretanto, o comprometimento docente com a profissão e os educandos deve instigar uma prática pedagógica norteada pela legislação educacional vigente, que contribua com a melhoria dos índices de aprendizagem, sem esquecer a importância da formação para a vida em sociedade.

Segundo Esteve (1995), citado por (SILVA, 2009, p. 48)

o conjunto de mudanças sociais e educacionais ocorrido nos últimos vinte anos ocasionou impactos profundos na identidade profissional docente, tais como: o aumento de exigências em relação às atividades desenvolvidas pelos professores; a inibição de outros agentes de socialização, como a família; o desenvolvimento de fontes de informação alternativas à escola; a ruptura do consenso social sobre o papel da educação; o aumento das contradições no exercício da docência; as mudanças de expectativas em relação ao sistema educativo; a menor valorização social do professor; as mudanças nos conteúdos escolares; a escassez de recursos materiais e condições de trabalho deficientes; a mudança nas relações professor e aluno e a fragmentação do trabalho do professor.

Conforme exposto ao longo deste capítulo, questões raciais e sociais interferiram e continuam interferindo no exercício da livre docência, seja indicando o período que os professores poderiam lecionar para os estudantes negros, como estabelecido no Decreto nº 7.031 – A (de 06 de setembro de 1878), seja impondo aos docentes novas atribuições com relação às demandas sociais, a exemplo das que Silva (2009, p. 48) destacou a partir das considerações de Esteve (1995).

A atuação dos educadores não é o tema da discussão proposta, mas com essa discussão objetivamos pensar como a educação pode se tornar exclusiva, assim como verificar se práticas inclusivas contribuem, significativamente para redução da evasão escolar de pessoas negras. Já que se almeja no fim desse estudo constatar o fator preponderante para o reduzido número de pessoas negras, autodeclaradas, matriculadas no Ensino Médio, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal, situada na cidade de Mulungu/PB.

CAPÍTULO II

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO NA CIDADE DE MULUNGU: PRÁTICAS COM A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

Neste capítulo analisamos os projetos pedagógicos e propostas de intervenção pedagógica desenvolvidas por docentes da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal e que foram desenvolvidos no período de 2013 a 2017. O foco deste capítulo são as ações desenvolvidas pelos docentes, cuja finalidade fora enfrentar o racismo e o preconceito, visando à conscientização dos educandos; jovens indivíduos que se portam do modo semelhante aos sujeitos do Iluminismo, sociológico ou pós-moderno, definido por Hall (2014, p. 10-11) ao afirmar que:

[...] O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, consciência e ação. [...] A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que esse núcleo interior não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com outras pessoas importantes para ele, que mediavam para o sujeito os valores, os sentidos e os símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava [...] o sujeito pós-moderno, [é] conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente.

O conceito acima exposto denota o quão desafiador é o trabalho com o sujeito pós-moderno, pois se o sujeito do Iluminismo é previsível, o sociológico é autônomo, mas formado a partir das interações sociais, aquele é constituído por uma identidade móvel “[...] formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2014, p. 11-12).

Dessa forma as ações na escola devem ser pensadas e repensadas a fim de atender as demandas dos jovens, os quais na contemporaneidade apresentam “identidade fluida”. Por isso, os jovens devem ser respeitados e valorizados nos seus aspectos físicos, sociais, culturais, emocionais e afetivos.

Nesse sentido, a participação dos gestores educacionais na efetivação dos projetos pedagógicos com vistas à implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar é significativa, sobretudo, no sentido de

efetivar a Educação para as Relações Étnico-raciais como política pública. Sobre essa questão é pertinente essa afirmação.

Mesmo que os documentos oficiais apontem para a ideia de política pública, e que as universidades estejam possibilitando formação, os projetos analisados e executados em várias escolas da Paraíba denotam que as práticas desenvolvidas são iniciativas docentes sem articulação ou vinculação com as políticas públicas desenvolvidas pelas secretarias municipais de Educação. Estas instituições gestoras da educação ainda não tomaram para si o dever de implementar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar como política pública. Essa realidade faz com que as ações docentes nas escolas ainda sejam pontuais, descontínuas e restritas a um indivíduo ou grupo de docente em cada escola (CHAGAS, 2017, p. 96).

A ausência de iniciativas concretas, por parte das instâncias superiores da Educação Básica Brasileira, ocasiona práticas pedagógicas esporádicas. Contudo é importante refletir acerca de tais práticas a fim de avaliá-las a partir dos resultados obtidos nas escolas.

2.1 Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal

A Escola Estadual de 1º e 2º Graus Camarazal, atual Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal, localizada na Estrada de Acesso à Alagoinha na cidade de Mulungu – PB, foi inaugurada em 09 de março de 1981 através do Decreto. 8.968 – e autorizada a funcionar através da ordem 424/82 – Reconhecida através do documento nº. 9.547 – datado de 17/03/81. Na gestão do governador da Paraíba Tarcísio de Miranda Burity e da Secretária de Educação Giselda Navarro Dutra.

Atualmente a Escola tem à frente da Direção, o Professor. Francisco Camilo Pereira Neto, e a Professora Sr.^a Maria do Socorro Onofre Ferreira, como Secretária, com um corpo docente composto por 33 professores/as, sendo que: 31 estão em sala de aula, 01 está à disposição da secretaria da escola e 01 está coordenando o Programa “Novo Mais Educação”. Em relação ao nível de formação profissional, contamos com 26 professores/as com Curso Superior completo, 20 com Especialização, 01 cursando mestrado, 01 com mestrado concluído, 01 cursando doutorado e 07 ainda estão cursando o Ensino Superior.

Do quadro de docentes, elencamos os projetos pedagógicos de duas professoras, tendo como critério o período proposto como recorte dessa abordagem, de

2013 a 2017, bem como a possibilidade de verificar a atuação de docentes que lecionam disciplinas distintas, a saber: Língua Portuguesa e História, observando-se as atividades propostas três anos após a primeira intervenção.

Ambas as experiências são significativas por oportunizar verificar o trabalho destinado aos/as alunos/as que concluíram o Ensino Médio, no caso de 2013, os quais constituem a menor parcela dos discentes que se evadem da etapa final da Educação Básica, e uma proposta voltada aos educandos que ingressarão no Ensino Médio em 2018, uma vez que segundo o gráfico, Taxas de Evasão e Repetência, publicadas no periódico, *Aprendizagem em Foco* nº 5, é na 1ª série onde se registra o maior número de abandono escolar.

As práticas pedagógicas de professores/as na supracitada instituição educacional são norteadas pelo Projeto Político Pedagógico, o qual se constitui uma proposta de ação didática planejada e é concretizada no cotidiano da sala de aula. Com tal ação se objetiva inovar e promover práticas interdisciplinares, explorar de forma dinâmica os conteúdos programáticos e propiciar aos/as alunos/as vivências por meio da correlação entre a teoria e o cotidiano escolar.

Propõe-se assim a formar cidadãos conscientes dos seus deveres e direitos, capazes de atuar na sociedade em que vivem e transformá-la a seu favor, como também torná-los aptos a ingressarem em cursos superiores e no mercado de trabalho de forma responsável e comprometida.

No que toca a função social da escola é importante destacar dois objetivos que constam no PPP: proporcionar o respeito e a valorização dos aspectos culturais, étnicos e raciais de acordo com a Lei 11.645/08, que prevê a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; e promover a cultura de paz, combatendo a violência. A partir destas metas momentos significativos foram vivenciados.

2.2 Projeto Pedagógico e a Lei 11.645/08 Fazer valer basta querer!

O Projeto Pedagógico fundamentado na *Lei 11.645/08 Fazer valer basta querer!* Foi desenvolvido no período de fevereiro a novembro do ano letivo 2013, momento no qual dedicamo-nos a tratar da inclusão dos conteúdos de história e cultura

afro-brasileira, africana e indígena no currículo escolar, abordando a importância dos povos africanos e indígenas para a constituição da nação brasileira, propiciando o que dispõe as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, “O ensino da Cultura Afro-Brasileira destacará o jeito próprio de ser, viver e pensar manifestado tanto no dia-a-dia, quanto em celebrações como congadas, moçambiques, ensaios, maracatus, rodas de samba, entre outras” (BRASIL, 2009, p. 22).

A Lei 11.645/08 foi sancionada pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 10 de março de 2008, e traduz a preocupação em contribuir com o descaso de anos de preconceito e discriminação para com os povos negros e indígenas. Durante esse governo foi criada a SECAD (Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade) e posteriormente a SEPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). Dados históricos evidenciam a necessidade de reverter à situação das pessoas negras e indígenas na sociedade brasileira.

Logo, as políticas de ações afirmativas constituem-se como uma das formas mais eficazes para este fim, pois propõem o respeito e a valorização.

A educação formal pode contribuir com a formação de cidadãos livres de preconceitos, aptos a conviver de forma harmoniosa com a diversidade, à medida que lhes proporcionar um currículo fundamentado no respeito a diversidade em todos os aspectos, racial, de gênero e social. No entanto é primordial a sensibilização do corpo docente, pois caso contrário os dispositivos legais continuarão estáticos, no papel, simulando uma realidade democrática.

As Diretrizes Curriculares Nacionais orientam docentes para, “O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a educação das relações étnico-raciais. Tal como explicita o parecer, o ensino dessa história e cultura se desenvolverá [...] como conteúdo de disciplinas, particulares, a saber, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais.” Sobretudo, o conteúdo deve perpassar pelo currículo escolar, o que envolve professores/as das diversas áreas do conhecimento (BRASIL, 2009, p. 21). Por isso a Professora autora do projeto fez questão de socializar o conhecimento com todos os profissionais da educação, já que segundo o mesmo documento, as práticas de ações afirmativas devem fazer parte do cotidiano escolar,

[...] nos diferentes níveis e modalidades de ensino [...] em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares (BRASIL, 2009, p. 21).

Conscientes de que os educadores que compunham o corpo docente da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal, na ocasião, havia concluído a graduação antes da efetiva inclusão da temática Africana, Afro-Brasileira e Indígena nos currículos dos cursos Superiores, conforme estabelecido nas Diretrizes que preveem o acréscimo “[...] nos conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares dos cursos que ministra, de Educação das Relações Étnico-Raciais, de conhecimentos de matriz africana e/ou que dizem respeito à população negra”. (BRASIL, 2009, p. 24), a docente propôs um Minicurso direcionado aos colegas professores/as.

Valendo-se dos conhecimentos adquiridos no Curso de Especialização em História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, concluído em 2009, na UEPB, Campus III, a professora de Língua Portuguesa ministrou o Minicurso intitulado Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais, no início do ano letivo 2013, pois o inciso segundo do capítulo 26-A, que alterou a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), estabelece “[...] Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística de Literatura e História Brasileiras” (BRASIL, 2009, p. 35).

A iniciativa da professora foi relevante, tendo em vista a passividade do MEC e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, no que se refere à abordagem da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo escolar. Se as Leis 10.639/03, e 11.645/08, alteraram a LDB a fim de incluir a temática africana, afro-brasileira e indígena, não previram a criação de uma disciplina, mas a partilha da responsabilidade entre os docentes de Língua Portuguesa, História e Arte, assim como dos demais que lecionam outros componentes curriculares, é indispensável à colaboração de todos os docentes no processo de construção do conhecimento que vise a valorização da presença dos africanos e dos indígenas na formação cultural, social, econômica, política e social do Brasil.

Obviamente um Minicurso ministrado pela Professora de Língua Portuguesa ao longo de 3 horas, não foi o suficiente para a capacitação dos docentes, mas configurou-se como uma iniciativa relevante, sobretudo, porque as secretarias municipal e estadual de educação, responsáveis pela gestão da educação pública não sinalizaram, no período mencionado com a intenção de proporcionar aos docentes formação continuada na área de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Assim as ações propostas pelo projeto visaram a princípio a adesão dos docentes, de modo que eles/as colocassem em prática o que estava previsto no PPP da escola, ou seja, efetivar a educação para as relações étnico-raciais.



Figura 1: Minicurso Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais

Fonte: Arquivo Pessoal.

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal – 04/02/2013



Figura 2: Dinâmica em Grupo Rompendo com o Preconceito

Fonte: Arquivo Pessoal.

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal – 04/02/2013

Após discutir com os docentes acerca da importância de implementação da Lei 11.645/08, a professora de Língua Portuguesa iniciou as atividades com os discentes. Dentre as quais destacamos alguns momentos.



Figura 3: O Índio na Literatura Brasileira – Aula Temática

Fonte: Arquivo Pessoal.

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal – 14/05/2013



Figura 4: Arraiá da Diversidade

Fonte: Arquivo Pessoal.

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal – 21/06/2013

Eventos internos ou abertos à comunidade extraescolar, também objetivaram chamar a atenção da população para a valorização da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena; o que fez com que as ações também ultrapassassem os muros da escola.



Figura 5: Representação dos Africanos no Desfile Cívico Municipal
 Fonte: Arquivo Pessoal.
 Rua Cônego José Mesquita, Centro, Mulungu/PB – 07/09/2013



Figura 6: Representação do Maracatu no Desfile Cívico Municipal
 Fonte: Arquivo Pessoal.
 Rua Cônego José Mesquita, Centro, Mulungu/PB – 07/09/2013



Figura 7: Professores/as e Alunos/as na Aldeia do Forte
 Fonte: Arquivo Pessoal.
 Baía da Traição/PB – 17/11/2013



Figura 8: Equipe da Escola e Índios Potiguaras

Fonte: Arquivo Pessoal.

Baía da Traição/PB – 17/11/2013



Figura 9: Dança Afro-Brasileira – Abertura dos Jogos Internos 2013.

Fonte: Arquivo Pessoal.

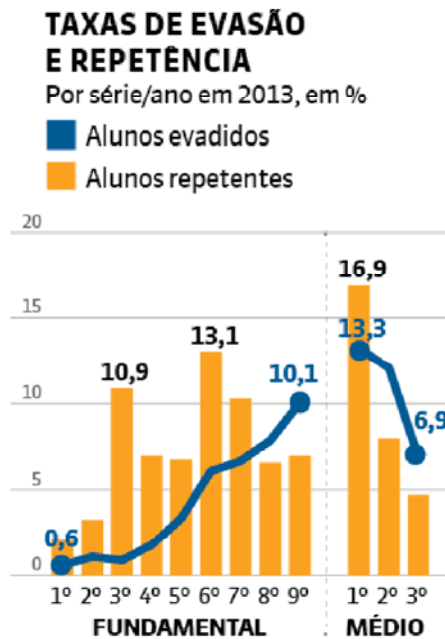
Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal – 02/12/2013

Além do projeto, “Fazer valer basta querer!” desenvolvido a partir da iniciativa da professora de Língua Portuguesa, há no calendário escolar eventos propostos pela equipe pedagógica com a finalidade de enfrentar quaisquer tipos de discriminação, os quais serão referendados no próximo capítulo, tendo em vista que estes propõem, de forma específica, o protagonismo dos estudantes negros, destacando-se os aspectos históricos, culturais e raciais, a exemplo da Semana de Combate a Intolerância, realizada em 2015, e da produção audiovisual para o Festival Arte em Cena ocorrido em 2017.

2.3 Projeto Pedagógico A África está em nós: superando o racismo

A professora de História, responsável pelo desenvolvimento do *Projeto A África está em nós: superando racismo*, passou a compor o grupo de professores/as graduados/as da escola quando os componentes curriculares dos cursos superiores já contemplavam o que dispunha a Lei 10.639/2003 e posteriormente a 11.645/08. Integrada ao corpo docente da escola a partir de 2015, essa docente não participou do Minicurso ofertado em 2013 pela professora de Língua Portuguesa, mas decorrente da sua graduação em História trouxe conteúdos relevantes a colaborar com a proposta pedagógica da escola.

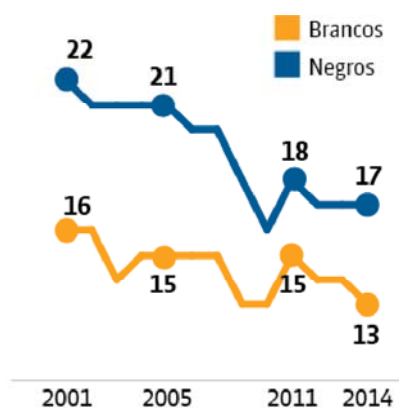
A perspectiva de trabalho da equipe pedagógica da escola e a proposta de inclusão da educação para as relações étnico-raciais e a diversidade no PPP (Projeto Político Pedagógico), a instigou a colaborar através de uma proposta que objetiva enfrentar o racismo. Em 2017 o projeto *A África está em nós: superando racismo* foi desenvolvido no 9º Ano. A pertinência de um trabalho eficaz na última turma do Ensino Fundamental II é destacada no gráfico Taxas de Evasão e Repetência, publicado do periódico *Aprendizagem em Foco* nº 5.



Isto porque os dados apresentados evidenciam alto índice de evasão e repetência na 1ª série do Ensino Médio, de acordo com a Pnad (Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios). Agir preventivamente é importante por sabermos que a maior parte dos/as alunos/as, 16,9%, 1,7 milhão de jovens, fora da escola são negros, conforme constatado no mesmo periódico. Tal afirmativa é notória na edição de nº 2, cuja discussão apresenta um gráfico no qual se registra 4 pontos percentuais indicando ser maior o número de negros evadidos em relação aos brancos no ano de 2014.

FORA DA ESCOLA
Jovens de 15 a 17 anos



Assim a atuação das professoras de Língua Portuguesa e História sinalizam uma resposta da escola ao questionamento de Gomes (2012, p. 99),

é preciso “[...] compreender o currículo como parte do processo de formação humana ou persistir em enxergá-lo como rol de conteúdos que preparam os estudantes para o mercado ou para o vestibular?”

Ambas as professoras atuaram na perspectiva da formação cidadã. O respeito à diversidade é imprescindível para redução dos índices de evasão, conforme ressalta Reynaldo Fernandes, citado no periódico *Aprendizagem em Foco*, nº 5, 2016) ao defender: “A evasão não é um ato repentino, mas fruto de um processo lento de desengajamento do estudante”.

De modo é necessário fortalecer práticas inclusivas ao longo do Ensino Fundamental II, a fim de estimular a permanência dos/as alunos/as negros no Ensino Médio. Para tanto a professora de História propôs diversas atividades. Tais como: pesquisa acerca do racismo, valorização da cultura afro-brasileira e africana, por meio do teatro de fantoches, em uma área onde os jovens e adolescentes negros/as estão

em situação de vulnerabilidade. Ela ainda fez a exposição dos trabalhos desenvolvidos com os/as alunos/as na V Feira de Conhecimentos da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal.



Figura 10: Pesquisa sobre o racismo
Fonte: Arquivo Pessoal.
Rua João Pessoa, Centro, Mulungu/PB – 07/06/2017



Figura 11: Pesquisa sobre o racismo
Fonte: Arquivo Pessoal.
Rua João Pessoa, Centro, Mulungu/PB – 07/06/2017



Figura 12: Socialização com a comunidade
 Fonte: Arquivo Pessoal.
 Conjunto Achilles Leal, Estrada de Acesso à Alagoinha, Mulungu/PB – 11/08/2017



Figura 13: Teatro de Fantoches
 Fonte: Arquivo Pessoal.
 Conjunto Achilles Leal, Estrada de Acesso à Alagoinha, Mulungu/PB – 11/08/2017



Figura 14: Exposição na V Feira de Conhecimentos
 Fonte: Arquivo Pessoal.
 Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal, Mulungu/PB – 21/09/2017

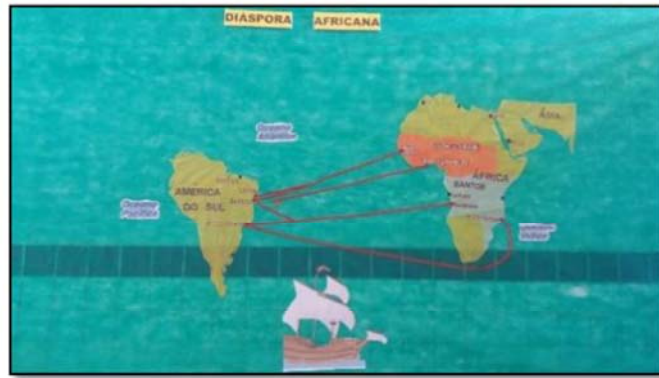


Figura 15: Exposição na V Feira de Conhecimentos

Fonte: Arquivo Pessoal.

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal, Mulungu/PB – 21/09/2017

A apresentação de ambas as perspectivas de trabalho possibilitou verificar uma abordagem interdisciplinar no caso do projeto desenvolvido em 2013, uma vez que os docentes à medida que foram o foco da ação, por meio da informação e da formação propiciada pelo Minicurso, colaboraram com a intervenção na escola através da inclusão nas suas práticas em sala de aula de conteúdos relacionados à história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, conforme solicitado pela professora de Língua Portuguesa, a qual propôs, nas palavras de Gomes, a “descolonização do currículo”,

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciemos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos. (GOMES, 2012, p. 102)

A abordagem proposta pela professora de História, no ano de 2017, constituiu uma reorganização curricular para a turma, pois o projeto foi desenvolvido, sem, contudo, desconsiderar conhecimentos importantes para a formação dos educandos. A adaptação do currículo a realidade social dos/as alunos/as feito pela docente visou não apenas alcançar os objetivos inerentes ao projeto, como também propor um diálogo entre “currículo e realidade social”.

Assim observamos nas práticas analisadas perspectivas de trabalho que partem da informação para a formação, de docentes e discentes, e culmina com a ação de todos os envolvidos no processo de construção do conhecimento.

CAPITULO III

JUVENTUDE NEGRA E EVASÃO NO ENSINO MÉDIO NA CIDADE DE MULUNGU: UMA QUESTÃO RACIAL OU SOCIAL?

As discussões que vinculam teoria e prática e têm como objeto de estudo o Ensino Médio, na cidade de Mulungu/PB, tendem a voltar-se para as experiências vivenciadas na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal, uma vez que esta é a única a ofertar a última etapa da Educação Básica Regular no município.

Situada as margens da PB 063, estrada de acesso a Alagoinha, a instituição educacional apresenta especificidades que cumpre destacar para evitar generalizações, uma vez que a realidade das escolas públicas pode assemelhar-se ou divergir da descrição proposta por Carrano quando afirma que (2008, p. 110):

A escola pública que abriga as classes populares tem-se caracterizado como espaço de improvisação e precariedade: professores que trabalham com regime de contratação precária em lugares sem bibliotecas, laboratórios, computadores, ginásios ou auditórios, assim como funcionários em número insuficiente para atender a demanda (CARRANO, 2013, p. 109).

É bem verdade que ainda não dispomos das condições adequadas para a oferta de uma educação de qualidade, mas é importante apresentar uma caracterização da escola a fim de evitar distorções da realidade a ser analisada.

Com relação à estrutura física é necessário destacar que nos baseámos nas adaptações ocorridas em 2017. Isto evidencia que anualmente reformas precisam ser realizadas com o intuito de atender a quantidade de discentes que proveem do Ensino Fundamental II.

De forma que no supramencionado ano letivo a escola contava com nove salas de aula, dois banheiros femininos e dois masculinos, assim como um banheiro destinado a deficientes físicos, as rampas na escola também denotam a preocupação com a acessibilidade, um refeitório, uma sala de informática, uma biblioteca, um laboratório de ciências, uma secretaria e uma quadra poliesportiva e os demais espaços destinados a atuação educacional e administrativa.

Ao compararmos a descrição da escola, cujas práticas norteiam esse estudo, com a caracterização apresentada por Carrano (2013) é possível observar a ausência

de um auditório, o que seria fundamental para a realização dos eventos e integração dos/as alunos/as. Ainda com relação a estrutura física é notória a necessidade de reparos nas dependências da escola.

Quanto a outro aspecto destacado por Carrano (2013), a saber: as condições de trabalho dos professores, evidenciamos na composição do corpo docente 26 professores contratados. Entretanto, verifica-se que estes não trabalham em regime de contratação precária, se compararmos a outrora.

É bem verdade que os/as professores/as contratados/as não dispõem dos mesmos direitos dos efetivos e que ainda há muito a ser conquistado que denote a valorização do magistério, mas os referidos professores/as tendem a se considerar valorizados quando comparam à situação atual a vivenciada no período anterior a 2010, uma vez que não recebiam contracheque, que atestasse o vínculo com a Secretaria Estadual de Educação, nem décimo terceiro salário, assim como os vencimentos referentes ao mês de janeiro, pois não prestavam serviço devido ao período de férias, muito menos eram contemplados com reajustes salariais anuais.

Tais condições são recorrentemente destacadas quando nos reunimos para a realização de encontros pedagógicos e/ou planejamentos. Com relação aos funcionários de apoio constatamos um número adequado à demanda de trabalho, 19 profissionais, os quais a partir de 2017 passaram a atuar vinculados a empresa Insáude.

Entretanto, salientamos a necessidade de alguém para atuar na vice-direção, tendo em vista que a escola funciona nos três turnos e a atuação do diretor no âmbito pedagógico e administrativo é imprescindível, o que ocasiona uma sobrecarga de trabalho, cumprida com dedicação e auxílio de alguns profissionais que colaboram na realização de outras funções.

Feitas as devidas considerações, parte-se para uma análise acerca dos momentos de intervenção idealizados pela gestão a fim de propor o protagonismo negro e enfrentar o racismo e preconceito de quaisquer espécies. Para tanto é imprescindível saber que “estar atento para os grupos de identidade com os quais os jovens se identificam ou dos quais fazem parte ativamente [é] condição de entendimento dos sentidos do agir dos alunos”. (CARRANO, 2013, p. 110), pois os

jovens precisam ser percebidos a partir de suas identidades étnicas. A Semana contra a intolerância constituiu-se um momento oportuno para desconstruir estereótipos e valorizar a diversidade.

3.1 Semana contra a intolerância

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal, no ano de 2015, promoveu a I Semana de Combate a Intolerância (Promover PAZ, sanar INTOLERÂNCIA, ruir GUERRAS...), temáticas como: Intolerância Religiosa, Sexual e Racial (Ensino Médio), Femicídio/homofobia, Inclusão na Educação (Libras), Bullying, Cyberbullying e Xenofobia (Ensino Fundamental) foram discutidos.

Abordou-se os supra referidos temas em todas as 21 turmas, os trabalhos foram coordenados pelos docentes, sob a supervisão do gestor.



Figura 16: Abertura da I Semana Contra a Intolerância

Fonte: Arquivo Pessoal.

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal – 19/10/2015



Figura 17: Apresentações dos discentes na I Semana Contra a Intolerância

Fonte: Arquivo Pessoal.

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal – 20/10/2015

Conforme destacamos anteriormente, o objetivo da Semana de Combate à Intolerância foi atribuir visibilidade a tais assuntos e debatê-los com a comunidade escolar, pois uma forma de negar os conflitos raciais, culturais, religiosos e de gênero é continuar defendendo a igualdade em um país onde os cidadãos permanecem sendo tratados de forma diferenciada devido à cor da pele e posição social. Essa constatação motivou o presente estudo, ao término do qual almejamos verificar qual o fator preponderante na evasão de jovens negros no Ensino Médio da Cidade de Mulungu/PB.

Além do trabalho desenvolvido com os discentes e docentes, convidamos pessoas que têm propriedade para falar sobre cada assunto, a fim de facilitar a compreensão dos temas abordados por parte dos educandos. No caso da Intolerância Racial, a convidada foi a Professora Dr.^a Ivonildes da Silva Fonseca (UEPB – Campus III), que ministrou uma palestra na qual enfatizou o empoderamento das mulheres negras.



Figura 18: Palestra da Professora Dr.^a Ivonildes da Silva Fonseca
Fonte: Arquivo Pessoal.

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal – 21/10/2015

Nos quatro dias de apresentações a participação dos discentes foi significativa, porém o evento ficou restrito aquele ano, pois foi proposto como atividade referente ao Plano de Ação 2015, no qual dedicamo-nos a amenizar a intolerância, a partir da atuação de pacifistas que foram exemplo de solidariedade, fraternidade e humildade.

Quando analisamos os resultados obtidos com a realização deste evento, confirmamos a necessidade de realização de novas edições, pois o mesmo possibilitou refletirmos sobre “[...] como reconhecer e enfrentar o racismo, o preconceito e a discriminação no espaço escolar, utilizando nosso relacionamento com os alunos e alunas como elemento fundamental para efetivarmos uma educação antirracista” (CAVALLEIRO, 2001, p. 142).

A partir da Semana contra a Intolerância, vários outros projetos foram desenvolvidos pelos docentes da escola. Dentre os quais destacamos a proposta de outra Professora de História, responsável pelo Ensino Médio, contemplada com o Prêmio Mestres da Educação devido o desenvolvimento do Projeto Território, ancestralidade e identidade NEGRA.



Figura 19 – Culminância do Projeto Território, ancestralidade e identidade NEGRA

Fonte: Arquivo Pessoal.

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal – 26/10/2015

3.2 Festival Arte em Cena

Em agosto de 2017 a Secretaria de Estado da Educação publicou o edital para o Festival Arte em Cena, o tema escolhido para a primeira edição foi, Juventude: emoções, vivências e cultura de paz. Esse tema indica a preocupação dessa instância

em promover a educação para a diversidade, o que se torna fundamental para vencer as desigualdades, tendo em vista que “o debate sobre a diversidade epistemológica do mundo encontra maior espaço nas ciências humanas e sociais. É neste contexto que a educação participa como campo que articula de maneira tensa teoria e prática” (GOMES, 2012, p. 99).

No entanto é necessário que os órgãos educacionais se dediquem a fazer cumprir, cotidianamente, o que as leis e diretrizes curriculares preveem, a fim de que a articulação entre as disposições legais e a ação educativa transmutem da tensão a reação pacífica em prol de uma sociedade justa e igualitária.

Visando contribuir com a formação de uma nação onde, de fato haja democracia, em todos os sentidos que a palavra encerra, e atendendo aos critérios que regulamentaram o primeiro festival de arte e cultura na escola, o gestor e uma equipe composta por quatro professores elaboraram o projeto, intitulado Arte e Educação: a multiculturalidade em questão, e desenvolveram com alunos da 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio, matriculados no período matutino.

O objetivo do projeto, à medida que cumpria as exigências postas no edital, contribuía com a proposta educacional da instituição, pois previa a promoção do processo de construção do conhecimento que propiciasse intervenções artísticas, individuais e coletivas, a fim de combater o preconceito, visando proporcionar um ambiente escolar de respeito à diversidade.

Para tanto a ação proposta, na etapa regional, foi a produção de material audiovisual relacionado à 9º ano, uma maneira de mudar o mundo, que prevê a erradicação do racismo, se utópica ou possível, esta questão foi posta em discussão a partir da perspectiva da etnia, de forma a promover a valorização de aspectos históricos, culturais e religiosos. Assim literatura e música foram às manifestações artísticas evocadas a fim de compor esse apelo a igualdade.

A “arte da palavra” não fica alheia as questões sociais por isso propõe reflexões acerca dos modos de ser, pensar e agir de um povo, a partir dessa compreensão propôs-se reflexões acerca da miscigenação, por meio do mito de formação do povo brasileiro, proposto por Mário de Andrade em **Macunaíma**; da prosa a poesia, finalizou-se o vídeo com os versos finais do poema intitulado Estatuto do Homem, do

amazonense Thiago de Melo, “Fica proibido o uso da palavra liberdade, a qual será suprimida dos dicionários e do pântano enganoso das bocas. A partir deste instante a liberdade será algo vivo e transparente como o fogo ou um rio e, sua morada será sempre o coração do homem” (MELO, 1984).

A musicalidade afro de Clara Nunes contribuiu com a produção audiovisual através do Canto das Três Raças e a “canção-protesto” Bate a poeira, de Carol ConK aproximou o debate a vivência da juventude, pois conforme defende Juarez Dayrell, citado por Carrano (2013, p. 122), o rap e o funk assume sociabilidade e centralidade na vida dos jovens de classes populares,

[...] Esses estilos musicais têm possibilitado práticas, relações e símbolos por meio dos quais os jovens criam espaços próprios que se transformam em referências na elaboração e vivência da sua condição juvenil, além de proporcionar a construção de uma autoestima e identidade positivas.

Logicamente o autor não se refere a qualquer música destes estilos, uma vez que se constatam letras que fazem apologia à violência, permissividade sexual e drogas. No entanto cumpre aos responsáveis pela intervenção verificar as letras que se adequam aos objetivos propostos, já que o fato de fazerem parte do cotidiano da juventude propicia uma melhor recepção dos ritmos e reflexão acerca das temáticas suscitadas nas canções.



Figura 20 – Produção Audiovisual para o Festival Arte em Cena
 Fonte: Arquivo Pessoal.
 Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal – 14/07/2017

Pelo exposto é notório que os/as professores/as da escola procuraram promover a integração entre os educandos, empoderando-os a enfrentar o racismo e quaisquer tipos de discriminação. No entanto cumpre refletir acerca de fatores externos que impedem o acesso e a permanência de jovens no Ensino Médio. Para tanto buscaram o auxílio dos educandos, sobretudo, os matriculados na 1ª série, turmas A e B, do período matutino. Através da aplicação do Questionário Étnico-racial e socioeconômico, composto por 15 questões relacionadas à identificação pessoal, estrutura social familiar e convívio no ambiente escolar passou-se a pesquisar sobre os fatores externos que contribuem para que os jovens negros evadam da escola.

3.3 Análise dos Dados

Os resultados ora expostos foram obtidos por meio de um instrumento de coleta de dados aplicado a 24 pessoas do sexo masculino e 21 pessoas do sexo feminino. O mesmo foi composto por questões objetivas, bem como por afirmações que visavam obter a concordância ou discordância dos discentes de forma enfática, a fim de observar hesitações e certezas acerca do cotidiano escolar, no que se refere a aspectos de convivência social, bem como conhecer a realidade dos educandos que ingressaram no Ensino Médio em 2017, sejam estes provenientes da própria escola, que também oferta o Ensino Fundamental II, ou de outras instituições do município.

Se a pesquisa realizada pelo Ministério da Educação e Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da Universidade de São Paulo) aponta o fato de ser negro como o principal motivo para ocorrência do bullying no espaço educacional, dentre os 45 discentes que participaram da pesquisa apenas 1 afirmou ter sido vítima de preconceito racial na escola, 4 declararam ter presenciado situações de racismo, 12 alunos destacaram que não viram, mas souberam, 3 não opinaram e mais de 50%, 25 educandos, garantiram que não viram, nem souberam dessas ocorrências na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal.

Tais números evidenciam não ser o preconceito racial o principal fator que acarreta exclusão e conseqüentemente evasão. Corrobora essa percepção o fato de 34 alunos afirmarem, enfaticamente, que se sentem respeitados na escola, afirmação com a qual 8 alunos, de forma menos enfática concordaram, 1 discorda e 2 não opinaram, o

que significa que dos 45 que responderam ao questionário 42 consideram-se acolhidos e valorizados no ambiente educacional.

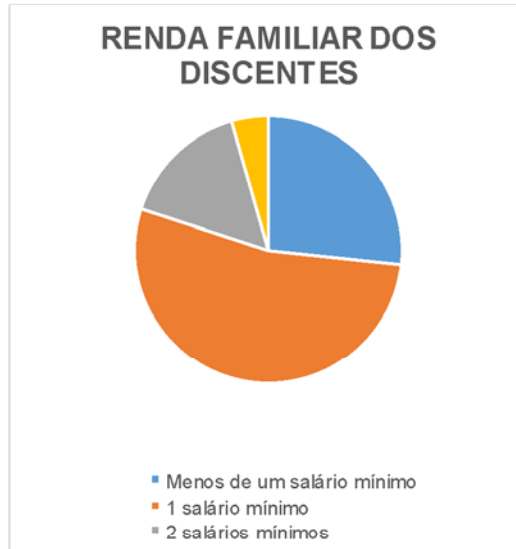
Quando indagados acerca da existência de um tratamento igualitário a todos os discentes, 24 posicionaram-se afirmativamente, com o que 14 concordaram de maneira mais reflexiva. De qualquer forma 38 declararam reconhecer a oferta de iguais condições de desenvolvimento, independente de questões raciais e sociais, creditando também aos projetos pedagógicos desenvolvidos, atuação da gestão e corpo docente a responsabilidade pela harmonia e respeito mútuo que prevalece na escola, pois 25 alunos consideraram muito importante o desenvolvimento dessas propostas de intervenção pedagógicas, 15 reconheceram a importância de maneira mais comedida, 4 não responderam e apenas 1 discordou.

Apesar da avaliação positiva por parte dos educandos, cumpre salientar a necessidade de manutenção de um trabalho voltado a autoafirmação étnico-racial, já que se constatou harmonia com a diversidade, mas dúvida ou hesitação ao declarar a cor de acordo com a classificação utilizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

É bem verdade que apenas 1 aluna questionou os vocábulos indicativos da cor, porém compreendeu sem replicar quando orientada pelo aplicador. No entanto é sintomático o fato de apenas 7 educandos se autodeclararem negros/as, enquanto a maioria optou pela designação pardo/a, palavra que por refletir o caráter miscigenado da população brasileira é constantemente evocada quando se objetiva negar a ascendência negra.

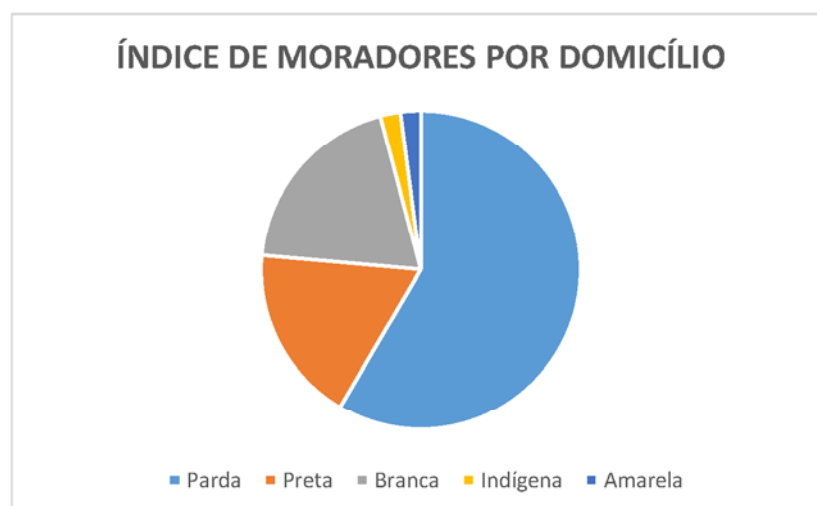
De qualquer forma se observa, por meio da análise dos dados, que fatores sociais são apontados como os maiores responsáveis pela evasão escolar, quando comparados à questão racial. Os itens 12 e 13 do questionário complementavam-se no sentido de indagar se os educandos conheciam situações de abandono escolar e quais as motivações. A maioria dos alunos/as apontou outros motivos para evasão, mas quando comparamos os dados observamos que apenas 01 pessoa indicou o preconceito como causa do abandono, enquanto 9 apontaram a necessidade de trabalhar como principal motivo para se ausentar da escola. Isto porque parte considerável dos discentes proveem da área rural, cujos pais ou responsáveis vivem da

agricultura de subsistência e da assistência de programas sociais, como a Bolsa Família, além do trabalho em cerâmicas de tijolos. O gráfico abaixo ilustra tal situação.



Fonte: Questionário Étnico-racial e Socioeconômico

Um aspecto relevante, a fim de defender a hipótese de que a evasão, no Ensino Médio, no caso da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal, é ocasionada por fatores sociais, é perceber que diversas famílias, com renda inferior a um salário mínimo, precisam manter até 07 pessoas. Famílias composta por pessoas autodeclaradas negras e pardas apresentam o maior índice de moradores por domicílio.

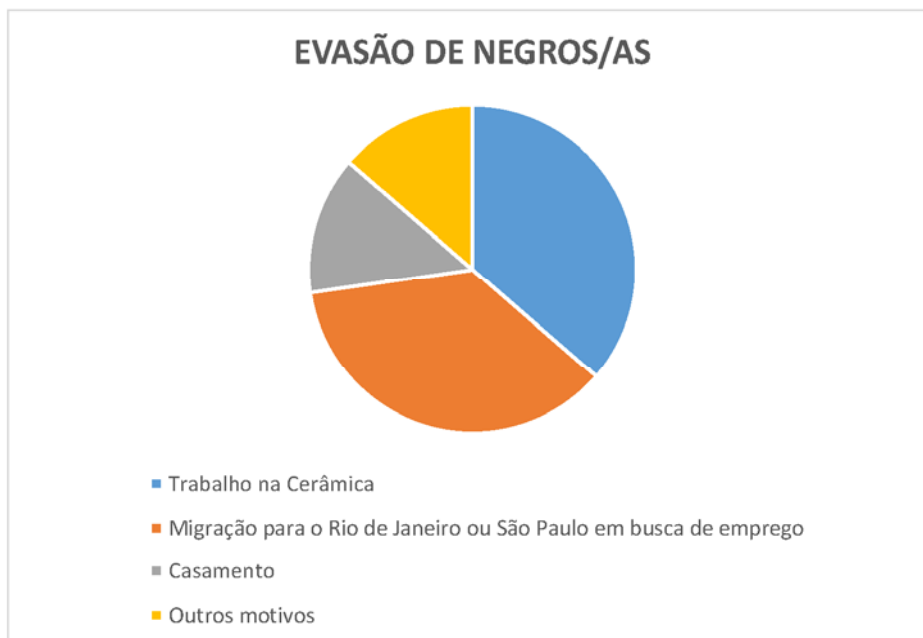


Fonte: Questionário Étnico-racial e Socioeconômico

É importante evidenciar também aspectos relacionados às pessoas pardas porque foi constatado, por meio da aplicação dos questionários, que aquelas que hesitam em assumirem-se como negras optam por essa designação.

De forma que negros/as e pardos/as apresentam o maior percentual de moradores por domicílio. Tais dados denotam a vivência em situação de vulnerabilidade social ocasionada por fatores socioeconômicos, essa situação contribui de forma significativa para a evasão, já que, na maioria dos casos, a renda familiar é insuficiente para manutenção das necessidades mínimas o que ocasiona prioridade ao trabalho em detrimento dos estudos.

Outro fator preponderante é observar que apenas os estudantes do período matutino e vespertino ingressaram no Ensino Médio, ou estão cursando, na idade certa, pois as classes noturnas são compostas por pessoas que precisam trabalhar durante o dia ou não conseguiram concluir na faixa etária indicada. Também por questões trabalhistas, uma vez que precisavam contribuir financeiramente a fim de ajudar os pais no sustento da família, ou prover as condições financeiras adequadas para a educação dos filhos. O gráfico abaixo ilustra as motivações da evasão de pessoas negras nas turmas D e E:



Fonte: Secretaria da Escola Camarazal

Pelo exposto verifica-se que questões sociais e raciais estão relacionadas a decisão de abandonar os estudos, tendo em vista o fato da população negra compor as camadas mais pobres da cidade de Mulungu/PB. Porém, quando consideramos o fator social preponderante, o fazemos no sentido de dizer que os discentes não se evadem por se sentirem vítimas de preconceito, mas pela necessidade de sobreviver em um país, estado e cidade que não lhes oferece a devida assistência social.

Os dados que compõem o gráfico sobre a evasão de negros/as foram disponibilizados pela secretaria da escola, a partir das justificativas apresentadas pelos alunos/as, uma vez que os motivos da evasão impossibilitaram a aplicação de questionários com os mesmos.

De maneira que a análise apresentada foi proporcionada pelas respostas dos alunos da 1ª série A e B, do período matutino, e coleta de dados estatísticos, os quais propiciaram verificar que a permanência de determinados alunos no Ensino Médio é consequência do empenho dos pais e/ou responsáveis que, forçosamente, abdicaram do direito de estudar para que seus entes queridos tivessem melhores oportunidades, conforme perceptível por meio do perfil dos alunos noturnos evadidos.

No caso da Escola Estadual de Ensino Fundamenta e Médio Camarazal observa-se convergências e divergências com os dados expostos no gráfico abaixo. No que se refere ao perfil dos discentes pesquisados percebe-se que a maioria se encontra na faixa etária apropriada, enquanto os dados do gráfico revelam um alto índice de evasão dos alunos/as entre 15 e 17 anos.



Fonte: Pnad/IBGE

Porém, constata-se semelhança entre os dados expostos no gráfico da Pnad 2014 e a situação identificada na escola em questão, trata-se da relação entre a condição social e o grau de instrução, pois conforme demonstrado acima quanto menor o grau de instrução, menor a renda, haja vista que a ausência de formação educacional impulsiona a mão-de-obra para trabalhos braçais, como os ofertados nas cerâmicas locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a pesquisa bibliográfica e a análise dos dados obtidos, por meio do questionário aplicado a 45 jovens, foi possível constatar que os dispositivos legais, após a promulgação, necessitam de acompanhamento das instâncias superiores a fim de garantir uma efetiva implementação, pois em diversas instituições educacionais do país a Lei 11.645/08 permanece estática, limitada as margens do papel.

No caso da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal, o conhecimento da supracitada Lei, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira foi possibilitado pela iniciativa de docentes e equipe pedagógica, os quais conscientes da necessidade de trabalhar a diversidade no ambiente escolar, buscaram capacitação por conta própria, já que esta não foi ofertada pelas instâncias governamentais.

Digno de nota é também o fato de o corpo docente da referida escola contar com profissionais comprometidos que partilham conhecimentos e juntos buscam soluções para as problemáticas enfrentadas no cotidiano; dispendo-se também a atuar de forma dinâmica e acolhedora com o intuito de tornar a escola, muitas vezes “palco de conflitos”, uma “arena de possibilidades”. Tal postura de trabalho é observada e considerada pelos alunos que reconhecem a importância da atuação dos profissionais da educação, conforme dados obtidos por meio do Questionário Étnico-Racial e Socioeconômico.

É importante destacar que a comparação entre a realidade dos discentes, matriculados no período matutino e noturno, foi significativa para este estudo por oportunizar a análise de especificidades inerentes a cada turno, a partir das informações prestadas por aqueles que encontram-se no Ensino Médio, na faixa etária adequada, bem como das informações sobre aqueles que precisaram abandonar os estudos a fim de inserir-se no mercado de trabalho e ainda hoje permanecem privados do direito de concluir a Educação Básica, pois precisam evadir-se em busca de melhores condições de vida, conforme referendado no último capítulo, no qual a

hipótese de que a evasão escolar de alunos/as negros/as na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camarazal é ocasionada por questões sociais.

Levando-se em consideração que os conteúdos relacionados a história e cultura afro-brasileira e indígena foram abordados na perspectiva de apresentar uma versão da História sem omissões, nem marginalização, de forma a tornar o oprimido protagonista. A reflexão acerca das agruras sofridas, pela população negra, contribuiu com o enfrentamento do racismo; bem como o “acesso ao lugar de fala”, respeito e valorização da diversidade étnico-racial foram significativos para que a escola se tornasse um espaço acolhedor para discentes negros e não negros.

Entretanto, devido à baixa condição econômica, a maior parte dos discentes evadidos são negros, pois precisam trabalhar, tendo em vista que os pais e/ou responsáveis não têm condições de mantê-los apenas estudando. O que tentamos comprovar ao longo deste texto monográfico é que a evasão desses alunos é fruto do descaso da sociedade brasileira, haja vista que a maior parte vive em situação de extrema pobreza, não negligência da escola, a qual dentro de sua competência propicia um ambiente de valorização identitária e cultural.

REFERÊNCIAS

Aprendizagem em Foco – Revista Educação. Disparidade na aprendizagem entre brancos e negros mantém-se estável. Nº2 – Novembro, 2015. Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/aprendizagememfoco/> Acesso em: 15 de jan. 2018.

Aprendizagem em Foco – Revista Educação. Características de jovens de 15 a 17 anos fora da escola. Nº5 - Fevereiro 2016. Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/aprendizagememfoco/> Acesso em: 15 de jan. 2018.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília/DF, 2009.

CARRANO, Paulo. **Identidades culturais e escolas: arenas de conflitos e possibilidades**, 2008. In: Coletânea de Textos Didáticos – Módulo 3 – **Sujeito, Cultura e Contemporaneidade**. UEPB, 2013.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica da Paraíba. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 79 – 98.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan/abr, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Cultura jovem, mídias e escola: o que muda no trabalho dos professores?** In: **Educativa**, v. 9, n. 1. Goiânia, 2006. P. 25-46.

MELO, Thiago de. **Estatuto do Homem**. In: **Vento Geral – poesia 1951-1981**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1984. Disponível em: http://www.fisica.ufpb.br/~romero/port/ga_tm.htm. Acesso em: 26 de fev. 2018.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “ser negro”. Um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros.** São Paulo. Educ/FAPES. Rio de Janeiro: Pala, 2005.

SCHWARCZ, Lília M. **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras 1998.

SILVA, Maria de Lourdes Ramos da. **A complexidade inerente aos processos identitários docentes.** 2009 CEMorOC – Feusp / IJI – Universidade do Porto. Disponível em: http://www.hottopos.com/notand_lib_12/malu.pdf. Acesso em: 04 de jun. de 2014.

Anexo

QUESTIONÁRIO**ÉTNICO-RACIAL E SOCIOECONÔMICO**

1. **Idade:** () menos de 15 anos () entre 15 e 17 anos () mais de 17 anos
2. **Cor:** () branca () preta () amarela () parda () indígena
3. **Sexo:** () feminino () masculino
4. **Renda Familiar:**
 () menos de 1 salário mínimo () 1 salário mínimo () 2 salários mínimos
 () 3 ou mais salários mínimos
5. **Quantas pessoas residem em seu domicílio?** _____
6. **Estuda nesta escola há quanto tempo:**
 () Menos de 1 ano () Entre 1 e 2 anos () Entre 3 e 4 anos () Mais de 4 anos

Observe as afirmações abaixo e marque uma das alternativas.

7. **Os estudantes provenientes da área rural e urbana apresentam o mesmo nível de desenvolvimento educacional.**

DISCORDO		CONCORDO	
Muito ()	Pouco ()	Muito ()	Pouco ()

8. **Os alunos se comportam da mesma forma independente de questões raciais e sociais.**

DISCORDO		CONCORDO	
Muito ()	Pouco ()	Muito ()	Pouco ()

9. **Nesta escola todos são tratados da mesma maneira.**

DISCORDO		CONCORDO	
Muito ()	Pouco ()	Muito ()	Pouco ()

10. **Os projetos pedagógicos desenvolvidos, bem como a atuação cotidiana da gestão e corpo docente contribuem para a harmonia e respeito mútuo entre os discentes e entre estes e os funcionários da escola.**

DISCORDO		CONCORDO	
Muito ()	Pouco ()	Muito ()	Pouco ()

11. **Sinto-me respeitado (a) e acolhido (a) nesta escola.**

DISCORDO		CONCORDO	
Muito ()	Pouco ()	Muito ()	Pouco ()

12. **Você conhece alguém que estudava nesta escola e precisou abandonar os estudos?** () Sim () Não

13. **Se a resposta da questão anterior for sim, por qual motivo?**

() Sofria preconceito na escola. () Precisava trabalhar para ajudar a família. () Outro motivo.

14. **Sobre situações de preconceito racial.**

() Nem vi, nem soube que ocorreu nesta escola. () Não vi, mas soube que ocorreu nesta escola.
 () Vi nesta escola. () Aconteceu comigo.

15. **Sobre situações de preconceito social.**

() Nem vi, nem soube que ocorreu nesta escola. () Não vi, mas soube que ocorreu nesta escola.
 () Vi nesta escola. () Aconteceu comigo.

Obrigado (a) pela colaboração!